



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003429-84.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Perdas e Danos**
 Requerente: **Teresinha de Fatima Monte Martinez**
 Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Teresinha de Fatima Monte Martinez intentou ação de cancelamento de registro negativo, cumulada com indenização por danos morais em face de Claro SA.

Sustenta, à fl. 02 que, *verbis*: “**NUNCA** foi cliente da empresa ré, tendo em vista que **NUNCA** adquiriu da mesma linha telefônica, produtos ou serviços” – grifos do original.

Ocorre que tomou conhecimento de uma inscrição de débito junto à SERASA em virtude de contas não pagas, no valor de R\$148,27.

Aduziu que possui dois telefones em seu nome que são “da empresa que leva o nome de seu esposo que é de uso familiar e comercial (16-3201-1621 e 16-3378-6220)” (fl. 02).

Disse que para manter o seu bom nome, pagou as referidas contas, evitando maiores prejuízos, fazendo jus à indenização por danos morais.

Em contestação a requerida afirmou que os pedidos são improcedentes.

Réplica às fls. 54/58.

A autora se manifestou pelo julgamento antecipado (fls. 63/64).

A requerida juntou “telas de seu sistema” às fls. 67/69, manifestando-se a autora às fls. 72/74.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

É o relatório.

Decido.

De início, não se podem tolerar comportamentos como o da requerida, que apresentou contestação genérica, fazendo constar, à fl. 32, que a autora realizou reclamação junto ao Procon e que a requerida voltou a negativar o seu nome.

Isso não consta em nenhum momento da inicial, evidenciando que o patrono que assinou a contestação (Dr. Paulo Guilherme de Mendonça Lopes – fl. 39) sequer se deu ao trabalho de adaptar o modelo ao caso concreto.

Diante da vertiginosa quantidade de trabalho que já existe perante o Judiciário, são inadmissíveis comportamentos semelhantes.

Assim, estando tal forma de atuação abarcada pelo art. 17, V, do CPC, fica a ré condenada em 1% sobre o valor atualizado da causa.

Deixo de imputar pessoalmente ao patrono da parte a condenação, por ser a primeira ocorrência.

Superada essa questão, o julgamento está autorizado nesta fase por ter sido requerido pela autora (fls. 63/64), quedando-se a requerida inerte quanto à determinação de fl. 61.

Tratando-se de relação de consumo, por óbvio a requerida tinha a obrigação de trazer aos autos a cópia do contrato que teria dado azo à cobrança que gerou a negativação de fl. 24, decorrente do contrato V000011213269836, e não o fez.

A autora, não obstante com alguma dificuldade na inicial, quando chegou a dizer que nunca contratou com a requerida, para após informar que havia duas linhas em seu nome, mas seriam de uma pessoa jurídica, nega o débito que gerou a negativação, trazendo a controvérsia.

Diante disso, somente a requerida poderia desvelar a dúvida, inclusive por não ser possível prova negativa à autora; como se quedou inerte, outra saída não há.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Considerando o reconhecimento do débito indevido, a negativação, por consequência também o foi e assim, gera danos *in re ipsa*.

Diante das peculiaridades do caso, em que a autora longe esteve de ser feliz em sua inicial, o montante de R\$1.000,00 é mais do que suficiente.

Julgo procedentes os pedidos para:

- 1) reconhecer a inexigibilidade do débito de fl. 24;
- 2) determinar a devolução da quantia de R\$148,27 à autora – não tendo havido requerimento de devolução em dobro e
- 3) condenar a requerida ao pagamento de R\$1.000,00 por danos morais.

Ausente prova da data de pagamento do valor, a quantia estabelecida no item 2 sofrerá correção monetária, além de juros moratórios de 1% ao mês, ambos da citação.

Como o decurso do tempo foi considerado para a fixação da reparação pelo abalo moral, o valor deverá ser corrigido monetariamente além dos juros de mora contados da data de publicação da sentença.

A requerida resta condenada, também, no pagamento das custas e despesas processuais atualizadas, penalidade por litigância de má-fé, além de honorários advocatícios que fixo em R\$500,00, quantia que também sofrerá acréscimos a contar da publicação da sentença.

PRIC

São Carlos, 30 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**